



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CHANCELA DE PROJETOS**

**Nº 001/2021/COMDICA, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CHANCELA DE PROJETOS A SEREM FINANCIADOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE DEDUÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA NO ÂMBITO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ (COMDICA)** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3353, de 16 de dezembro de 1998 e suas alterações;

Considerando a Resolução nº 022/2021/COMDICA, de 24 de agosto de 2021, que regulamenta o processo de seleção de projetos para captação de recursos das instituições privadas sem fins lucrativos na modalidade chancela e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº 032/2021/COMDICA, de 14 de setembro de 2021, que aprova os eixos previstos no art. 3º da Resolução nº 022/2021/COMDICA para serem lançados no edital de chamamento público – chancela de projetos para 2021, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itajaí (COMDICA); e

Considerando as condições e exigências estabelecidas neste Edital;

**RESOLVE:**

**1. Estabelecer procedimentos e TORNAR PÚBLICO, o Edital de Chamamento Público para CHANCELA DE PROJETOS** que poderão ser financiados com recursos oriundos de deduções de imposto de renda de pessoas físicas ou jurídicas nos termos da legislação pertinente e depositados no Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, que estejam em consonância com as políticas públicas da Criança e do Adolescente no Município de Itajaí e com os eixos estabelecidos na Resolução nº 032/2021/COMDICA.



## **CAPÍTULO I**

### **DO OBJETO**

**2.** Constitui objeto do presente Edital a SELEÇÃO DE PROJETOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS PARA SEREM CHANCELADOS pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e financiados com recursos oriundos de deduções de imposto de renda de pessoas físicas ou jurídicas nos termos da legislação pertinente e depositados na conta do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente (FMACA).

**2.1.** Entende-se por projeto o conjunto de ações a serem desenvolvidas que abranjam programas de promoção, proteção e defesa de direitos da criança e do adolescente.

**2.2.** Aplicam-se as regras desse Edital as ações voltadas às crianças e adolescentes até a idade de 17 anos, 11 meses e 29 dias.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS FORMAS DE FINANCIAMENTO**

**3.** O presente Edital de Chamamento Público para celebração de Termo de Fomento com o Município de Itajaí, por meio da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, observará as exigências previstas na legislação pertinente municipal, federal e as contidas na Resolução nº 022/2021/COMDICA.

**3.1.** Entende-se por chancela, a autorização para a captação de recursos ao FMACA, destinados a projetos aprovados pelo COMDICA.

**3.2.** A execução do projeto CHANCELADO, nos termos deste Edital, dependerá da captação dos recursos necessários mediante destinações de pessoas físicas ou jurídicas, para o seu financiamento.

## **CAPÍTULO III**



## **DAS ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS**

**4. Poderão ser aprovados os projetos que contemplem os seguintes eixos temáticos:**

**I – Eixo 1: Promoção, proteção e defesa dos direitos do adolescente em conflito com a Lei e egressos, com aplicação dos recursos em:**

- a) cursos, oficinas de formação e capacitação dos operadores do sistema;
- b) atividades artísticas, esportivas e culturais que promovam a inclusão social dos adolescentes;
- c) atividades voltadas para o grupo familiar visando resgatar, promover e fortalecer vínculos familiares e comunitários;
- d) Em casos excepcionais, plenamente justificáveis, a aquisição de equipamentos e a adequação de estruturas de atendimento a criança e ao adolescente, visando a garantia de direitos e a humanização do atendimento.

**II – Eixo 2: Saúde, com aplicação dos recursos em:**

- a) desenvolvimento sócio cognitivo da criança e do adolescente em tratamento médico e hospitalar;
- b) humanização do atendimento à criança e o adolescente, incluindo sua família;
- c) iniciativas integradas de prevenção, proteção e atenção às crianças e adolescentes que façam uso de substâncias psicoativas;
- d) Em casos excepcionais, plenamente justificáveis, a aquisição de equipamentos e a adequação de estruturas hospitalares de atendimento à criança e ao adolescente, visando a garantia de direitos e a humanização do atendimento.

**III – Eixo 3: Violência sexual Infantojuvenil, com aplicação dos recursos em:**

- a) atendimento especializado (proteção e defesa) de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual;
- b) capacitação dos profissionais que atuam no atendimento de violência infantojuvenil;



- c) atividades artísticas e culturais que promovam o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, em situação de tal violação;
- d) Em casos excepcionais, plenamente justificáveis, a aquisição de equipamento e a adequação de estruturas de atendimento a criança e ao adolescente, visando a garantia de direitos e a humanização do atendimento.

**IV – Eixo 4: Trabalho infantil e Infantojuvenil, com aplicação de recurso em:**

- a) ações integradas de enfrentamento do trabalho infantil;
- b) proteção do adolescente trabalhador;
- c) Profissionalização de adolescentes como aprendizes.
- d) Em casos excepcionais, plenamente justificáveis, a aquisição de equipamento e a adequação de estruturas de atendimento à criança e ao adolescente, visando a garantia de direitos e a humanização do atendimento.

**V – Eixo 5: Estudos e pesquisas sobre infância e adolescência, com aplicação de recursos em projetos que visem a produzir conhecimentos na área de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.**

**VI – Eixo 6: Capacitação de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos e formação e capacitação de profissionais e educadores que atuam diretamente na promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes.**

**VII – Eixo 7: Práticas de promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, com aplicação de recursos em:**

- a) formas de acolhimento familiar e vínculos afetivos;
- b) ações de intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua;
- c) ações voltadas para crianças e adolescentes com deficiência;
- d) atendimento sócio educativo especializado com abordagem de gênero e orientação sexual;
- e) acolhimento (Acolhimento Institucional, Acolhimento Familiar e Famílias Acolhedoras);



f) Programas de adoção;

g) Em casos excepcionais, plenamente justificáveis, a aquisição de equipamentos e a adequação de estruturas de atendimento à criança e ao adolescente, visando a garantia de direitos e a humanização do atendimento.

**VIII – Eixo 8: Práticas de promoção e garantia de acesso ao esporte e à cultura, com aplicação de recursos em:**

a) atividades esportivas e culturais que promovam a inclusão social de crianças e adolescentes;

b) outras ações inovadoras de promoção da cidadania no âmbito da criança e do adolescente.

**4.1.** Os projetos deverão contemplar as possibilidades de ações no formato híbrido, mediante as normas sanitárias vigentes em decorrência da pandemia do coronavírus.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA INSCRIÇÃO DOS PROJETOS**

**5.** Somente serão aceitos PROJETOS para CHANCELA das instituições privadas sem fins lucrativos com seus serviços ou programas devidamente inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) nos termos da Resolução nº 020/2021/COMDICA, 022/2021/COMDICA e, ainda, possuir sua documentação legal válida e apresentar, no ato da inscrição da proposta:

- I.** Cópia do Estatuto e suas alterações registradas em Cartório, em conformidade com as exigências previstas na legislação pertinente;
- II.** Cópia da Ata de Eleição do atual quadro dirigente, devidamente registrada em Cartório;
- III.** Relação nominal atualizada dos dirigentes da instituição, conforme o Estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada um deles;



- IV.** Declaração afirmando possuir finalidades estatutárias, que se relacionem diretamente com os eixos temáticos e vinculem ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes previstas neste Edital;
- V.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização existe há, no mínimo, 02 (dois) anos com cadastro ativo e com funcionamento no Município de Itajaí;
- VI.** Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federal e à Dívida Ativa da União;
- VII.** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- VIII.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- IX.** Certidão Negativa do Município de Itajaí;
- X.** Comprovante de registro do serviço ou programa no COMDICA;
- XI.** Cópias dos Alvarás de Funcionamento e Sanitário.

**5.1.** Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto nos incisos VII a X do item 5, as certidões positivas com efeito de negativas.

**5.2.** O registro do projeto para chancela implica na aceitação tácita dos termos deste Edital e da Resolução nº 022/2021/COMDICA.

**5.3.** Não poderá participar desta seleção ou celebrar o Termo de Fomento, a instituição que:

- I.** Não esteja regularmente constituída;
- II.** Tenha pendências com prestações de contas de parcerias anteriores com o município;
- III.** Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- IV.** Pessoas físicas ou organizações privadas com fins lucrativos;



- V. Teve contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 05 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- VI. Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que perdurar penalidade: a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração e b) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- VII. Teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 05 (cinco) anos;
- VIII. Tenha entre seus dirigentes pessoas cujas contas relativas às parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 05 (cinco) anos.

**5.4. Cada instituição poderá apresentar 01 (um) projeto.**

**5.5. Os projetos deverão ser apresentados, da seguinte forma:**

**I – ANEXO I: CAPA DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO;**

**II – ANEXO II: DECLARAÇÃO ASSINADA PELO PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO OU REPRESENTANTE LEGAL;**

**III – ANEXO III: CHECKLIST DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.**

**IV – ANEXO IV: ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS, CONFORME PREVISTO NA RESOLUÇÃO Nº 022/2021/COMDICA;**

**5.6. As inscrições dos projetos deverão ser protocoladas em envelope lacrado e identificado com a etiqueta conforme modelo exigido no ANEXO I, junto à Secretaria Executiva do COMDICA, das 13h às 19h, localizada na Rua Uruguai, nº 1330, Centro, Itajaí-SC.**

**5.7. Uma via do projeto será enviada dentro do envelope lacrado com os demais documentos exigidos e a outra via fora do envelope para realização do protocolo de entrega pela Secretaria Executiva do COMDICA.**



**5.8.** Não será aceita apresentação de projetos após o prazo estabelecido neste Edital.

**5.9.** Todos os projetos apresentados serão analisados pela Comissão de Análise e Aprovação de Projetos de Captação de Recursos do COMDICA, que emitirá pareceres individuais para cada projeto analisado.

**5.10.** A chacela do projeto será através de Resolução específica para cada instituição.

## **CAPÍTULO V DAS DESPESAS E VEDAÇÕES**

**6.** Nos projetos chancelados serão vedadas despesas com:

**I** - Pagamento de salários, férias, prêmios, adiantamento, abono, gratificação, 13º salário, encargos sociais ou qualquer espécie de remuneração a integrantes do corpo dirigente da instituição;

**II** – Pagamento de consultorias e assessorias técnicas que exceda:

- a) 10% do total do valor arrecadado nos projetos com valor até 100.000,00 (cem mil reais);
- b) 7% do valor arrecadado nos projetos acima de R\$ de 100.000,00 (cem mil reais) até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- c) 5% nos projetos acima de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo vedado destinar essa remuneração a membros da diretoria e a funcionários da instituição;

**III** - Despesas de manutenção da instituição referentes ao local de execução do projeto, tais como: aluguel de imóvel, faturas de energia elétrica, de água, internet, telefone e IPTU, que ultrapasse 15% (quinze por cento) do valor captado;

**IV** - Taxas bancárias de qualquer natureza, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;

**V** - Utilização, mesmo em caráter emergencial, dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no projeto chancelado;





**VI** - Reparos e aquisição de peças de reposição para veículos e afins;

**VII** - Vale-transporte para funcionários não destinados exclusivamente ao projeto;

**VIII** - Publicidade, salvo as de caráter educativo, formativo, informativo, de orientação social e vinculadas ao projeto cancelado, desde que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e de qualquer autoridade ou servidor público;

**IX.** Outras despesas não autorizadas pela legislação vigente.

**6.1.** É vedado o pagamento em espécie das despesas referentes ao projeto aprovado e objeto de Termo de Fomento.

**6.2.** Caso haja a contratação de estagiário, deverá ser informado qual o profissional de campo que fará a supervisão do mesmo, devendo ser anexado o termo de contrato/convênio entre a instituição e o estagiário, conforme legislação aplicável.

**6.3.** Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com os recursos provenientes da celebração da parceria deverão ser identificados como sendo oriundos de Termo de Fomento, devendo a instituição se comprometer a realizar a transferência da propriedade à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

**6.4.** Nos projetos apresentados deve ser observada a remuneração da equipe dimensionada e seus valores de mercado, tendo como parâmetros indicadores de tabela de sindicatos e conselhos de classe.

**6.5.** Ao elaborar o projeto, a instituição deve considerar o período da vigência do Termo de Fomento.

**6.6.** Não poderão ser contratadas com recursos do Termo de Fomento entidades e seus dirigentes que tenham sido condenadas por crime:

**I** - Contra a Administração Pública ou o patrimônio público;

**II** - Eleitorais, para os quais a lei define pena privativa de liberdade; e

**III** - Sonegação fiscal.



## **CAPÍTULO VI**

### **DAS COMISSÕES DO COMDICA PARA ATUAÇÃO NOS PROJETOS CHANCELADOS**

**7.** A Comissão de Análise e Aprovação de Projetos de Captação de Recursos com atribuições previstas na Resolução nº 022/2021/COMDICA é composta por 05 (cinco) Conselheiros de Direitos, nomeados através da Resolução nº 024/2021/COMDICA.

**7.1.** Nos processos de seleção de projetos nos quais os proponentes representados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da avaliação de projetos registrados pela sua própria instituição e deverão abster-se do direito de voto, tanto nessa Comissão quanto na plenária do COMDICA.

**7.2.** Mediante solicitação da Comissão de Análise e Aprovação de Projetos de Captação de Recursos, o COMDICA poderá reunir-se extraordinariamente, para deliberar sobre assuntos referentes aos projetos, caso necessário.

**7.3.** O monitoramento e a avaliação da parceria executada com recursos da chancela de projetos será realizada pela Comissão de Registro, Acompanhamento e Fiscalização de Entidades (CAF), sendo que as prestações de contas serão analisadas pela Comissão de Orçamento e Finanças (COFIN).

**7.4.** As Comissões de Registro, Acompanhamento e Fiscalização de Entidades e de Orçamento e Finanças poderão solicitar assessoramento técnico da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, da Controladoria-Geral do Município e da Procuradoria-Geral, caso necessário, para o pleno exercício de suas funções.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO CRONOGRAMA DE SELEÇÃO DOS PROJETOS**

**8.** O cronograma de seleção e aprovação dos projetos será de acordo com o seguinte cronograma:



- I - O período de inscrição dos projetos será de 22 de setembro de 2021 a 18 de outubro de 2021;**
- II – Análise e aprovação: 19 de outubro de 2021 a 21 de outubro de 2021;**
- III - Divulgação do resultado preliminar pelo COMDICA no Jornal Oficial do Município: Em até 03 (três) dias úteis;**
- IV – Apresentação de recursos contra o resultado preliminar: 03 (três) dias úteis após a divulgação do Edital com o resultado preliminar no Jornal Oficial do Município.**
- V - Análise dos recursos pela Comissão: Máximo de 3 (três) dias úteis após o protocolo do recurso;**
- VI - Publicação do Edital com o resultado definitivo no Jornal Oficial do Município: Até 11 de novembro de 2021.**

**8.1.** É obrigação da instituição acompanhar todas as publicações referentes a esse processo de chamamento público no Jornal Oficial do Município e/ou no site do município.

**8.2..** Caso a Comissão identifique a falta de algum documento ou a necessidade de readequação do projeto, devidamente registrado em Ata, será aberto um prazo de (03) dias úteis para apresentar a readequação do projeto e/ou a juntada de novos documentos.

**8.3.** As instituições deverão apresentar recurso administrativo, de forma impressa, e ser protocolado na Secretaria Executiva do COMDICA, sito a Rua Uruguai, nº 1330, Centro, no horário das 13h as 19h.

## **CAPÍTULO IX DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO**

**9.** Serão utilizados os seguintes critérios pela Comissão de Análise e Aprovação de Projetos de Captação de Recursos para aprovação dos projetos, além da análise da documentação exigida neste Edital:

Indicadores de avaliação	Critérios de Julgamento
(Indicador 1) <b>Adequação do Projeto (AP)</b>	Clareza e coerência no detalhamento das ações e dos recursos financeiros, para execução do projeto.
(Indicador 2) <b>Consistência do Projeto (CP)</b>	Estratégias metodológicas compatíveis com o alcance dos objetivos do projeto.
(Indicador 3) <b>Capacidade Técnico-Operacional (CTO)</b>	Recursos humanos de acordo com as exigências para execução do projeto e com vínculo empregatício adequado à execução do objeto.
(Indicador 4) <b>Organização da Instituição (OI)</b>	Capacidade de organização da instituição na execução do projeto.
(Indicador 5) <b>Sustentabilidade Econômica (SE)</b>	Outras fontes de recurso da instituição.
(Indicador 6) <b>Abrangência e Articulação (AA)</b>	Abrangência das ações e articulação com as políticas públicas relativas ao atendimento de crianças e adolescentes.
(Indicador 7) <b>Participação das Famílias no Projeto (PFP)</b>	Oferta de atividades que favoreçam a informação, a orientação e o apoio às famílias.

## **CAPÍTULO X**

### **DA EMISSÃO DA CHANCELA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

**10.** Após a publicação do Edital do resultado definitivo, o COMDICA editará Resoluções de Chancela para cada projeto aprovado e, somente após esse ato e sua publicação no Jornal Oficial do Município, é que a instituição poderá realizar os procedimentos de captação de recursos junto às pessoas físicas ou jurídicas.



**11.** Do valor total captado pela instituição, 20% (vinte por cento) será retido pelo Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, não integrando o valor a ser repassado à instituição.

## **CAPÍTULO XI**

### **DA CHANCELA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

**12.** A chancela do projeto será válida por 24 (vinte e quatro) meses.

**13.** Os recursos deverão, obrigatoriamente, serem depositados na conta do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, a fim de cumprirem as exigências da legislação pertinente e da Receita Federal do Brasil.

**14.** Os recursos serão depositados na seguinte conta/doação:

Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Itajaí

CNPJ: 15.537.180/0001-12

Banco: Caixa Econômica Federal - CEF

Agência: 0416 - Conta-Corrente: 32-0

## **CAPÍTULO XII DO FINANCIAMENTO**

**15.** A aprovação do financiamento do projeto pelo COMDICA implicará na celebração do Termo de Fomento entre a Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania e a Instituição Executora cujo projeto foi chancelado, seguindo os requisitos para a celebração do Termo de Fomento, conforme normativas deste Edital, da Resolução nº 022/2021/COMDICA e da legislação aplicável à matéria.



**15.1.** Conforme a Resolução nº 022/2021/COMDICA, os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em parcela única e/ou em duas parcelas, e deverão ser geridos em conta bancária específica.

**15.2.** Os rendimentos obtidos com a aplicação financeira só poderão ser, mediante prévia autorização da Comissão de Orçamento e Finanças (COFIN), aplicados em atividades adicionais para a execução do objeto do Termo de Fomento, desde que devidamente justificadas e aditadas em conformidade com o projeto.

**15.3.** As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação sujeitam-se à prestação de contas e não poderão ser computadas como contrapartida da instituição.

**15.4.** Caso a instituição não utilize os rendimentos obtidos com a aplicação financeira, deverá devolvê-las ao FMACA, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da extinção da parceria, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente.

### **CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.** A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas na Resolução nº 022/2021/COMDICA, a legislação vigente da Controladoria-Geral do Município, naquilo que for aplicável e nas instruções do Tribunal de Contas.

**17.** Ficará a entidade obrigada a divulgar de forma clara e objetiva, em todos os seus produtos e materiais de divulgação, sobre qualquer suporte físico ou eletrônico, respeitando a legislação pertinente, que o financiamento do projeto é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania/Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente/Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**18.** Com relação à pessoa física ou jurídica que transfere recursos ao Fundo por meio de deduções de imposto de renda para financiamento de projetos no âmbito da Política da Criança e do Adolescente, os nomes



poderão ser divulgados desde que autorizados pela pessoa física ou jurídica.

**19.** Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Capa de Identificação do projeto;
- b) Anexo II – Declaração assinada pelo Presidente ou pelo representante legal da entidade;
- c) Anexo III – Checklist de Apresentação de Documentos;
- d) Anexo IV – Roteiro para apresentação de projeto de captação de recursos;
- e) Anexo V – Termo de Compromisso de Destinação de Recursos (TCDR);
- e) f) Anexo VI – Modelo de Termo de Fomento.

**20.** Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Análise e Aprovação de Projetos e deliberados no Plenário do Conselho, em conformidade com as disposições constantes na legislação pertinente e neste Edital.

Itajaí-SC, em 16 de setembro de 2021.

EMERSON GONÇALVES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
(COMDICA)

Publicada no Jornal Oficial do Município, edição nº _____, p._____, de _____/_____/_____.
---



Colar no envelope (preencher em papel timbrado da entidade)

**ANEXO I**

**Capa de Identificação do Projeto**

**Edital de Chamamento Público nº 001/2021/COMDICA – Chancela de Projetos para  
Captação de Recursos**

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROJETO			
Instituição:			
CNPJ nº:			
Registro no COMDICA nº:		Validade do Registro:	
Endereço:		Nº:	Complemento:
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Fone Fixo	Celeular:	E-mail:	
Responsável pelo Projeto:			
Fone:		E-mail:	

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título do Projeto:
Eixo de Ação (item .... do Edital nº 001/2021/COMDICA):
Objetivo Geral:
Localização e abrangência:
Nº de beneficiários (direto) atendidos:
Custo total: R\$





(Preencher em papel timbrado da entidade)

**ANEXO II**  
**Edital de Chamamento Público nº 001/2021/COMDICA – Chancela de Projetos para**  
**Captação de Recursos**

**DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

Declaramos, sob pena da Lei, para fins específicos de participação no Edital de Chamamento Público nº 01/2021/COMDICA – Chancela de Projetos, que a **(NOME DA INSTITUIÇÃO)**:

- a) É possuidora dos requisitos e documentos exigidos na presente Edital de Chamamento Público do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- b) Que o projeto apresentado neste Edital não recebe outros recursos, garantindo-se que não há duplicidade e nem sobreposição de recurso público para o mesmo fim;
- c) É possuidora de finalidades estatutárias, que se relacionam diretamente com as linhas temáticas e vinculam ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes previstas neste Edital.

Local e Data

Assinatura  
Nome do representante legal  
CPF  
Cargo



Preencher em papel timbrado da entidade

**ANEXO III**

**Edital de Chamamento Público nº 001/2021/COMDICA – Chancela de Projetos para  
Captação de Recursos**

**CHECKLIST DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**

INSTITUIÇÃO:
<b>Documentos</b>
<p>[ ] Cópia do Estatuto e suas alterações registradas em Cartório, em conformidade com as exigências previstas na legislação pertinente;</p> <p>[ ] Cópia da Ata de Eleição do atual quadro dirigente, devidamente registrada em Cartório;</p> <p>[ ] Relação nominal atualizada dos dirigentes da instituição, conforme o Estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada um deles;</p> <p>[ ] Declaração afirmando possuir finalidades estatutárias, que se relacionem diretamente com os eixos temáticos e vinculem ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes previstas neste Edital;</p> <p>[ ] Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização existe há, no mínimo, 02 (dois) anos com cadastro ativo e com funcionamento no Município de Itajaí;</p> <p>[ ] Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federal e à Dívida Ativa da União;</p> <p>[ ] Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);</p> <p>[ ] Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);</p> <p>[ ] Certidão Negativa do Município de Itajaí;</p> <p>[ ] Comprovante de registro do serviço ou programa no COMDICA;</p> <p>[ ] Cópias dos Alvarás de Funcionamento e Sanitário.</p>



**ANEXO IV**

**Edital de Chamamento Público nº 001/2021/COMDICA – Chancela de Projetos para  
Captação de Recursos**

**ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS/PLANO DE  
TRABALHO  
(uso obrigatório)**

- Todo o projeto deverá ser escrito em fonte arial, tamanho 12, justificado e espaçamento 1,5.

(Usar papel Timbrado da instituição)

**1. ESTRUTURA DO PROJETO:**

**I – Capa**

Inserir o nome da instituição;

No centro da folha, arial 12, centralizado em negrito: nome do projeto

No fim da folha, arial 12, centralizado: cidade, mês e ano.

**II – Resumo do projeto**

Incluir objetivos, metodologia e resultados esperados (até 02 páginas)

**III – Histórico da instituição**

(Até 02 páginas)

**IV – Justificativa do projeto**



(Até 03 páginas)

Explicitar e fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva e que atinge diretamente as crianças e adolescentes. Nessas informações será importante haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos que justifiquem a execução do projeto. É importante que as considerações contenham dados e indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, informações que permitam a análise da situação em âmbito municipal. Apresentar a capacidade técnica, administrativa e operacional da instituição para desenvolver o projeto e, principalmente, a experiência que possui para o trabalho a ser desenvolvido com a implementação do mesmo.

#### **V - Identificação**

(máximo 01 folha)

Nome do Projeto:

Instituição Proponente:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail da instituição:

Responsável pela Instituição:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Responsável pelo Projeto:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

#### **VI – Objetivos**

(até 01 folha)



**a) Objetivo Geral:**

Deve demonstrar de forma ampla e geral o que se pretende alcançar com a implementação do projeto, devendo expressar a transformação almejada ao final da execução do projeto. Deve exprimir uma situação positiva a ser alcançada, buscando solucionar ou contribuir para amenizar o problema identificado existindo relação com as estratégias apresentadas e com a solução do problema a ser enfrentado pelo projeto. Observação: Os objetivos devem ser expressos com verbos de ação na sua formulação, tais como: Contribuir, Demonstrar, Possibilitar, Preparar, Desenvolver, etc.

**b) Objetivos Específicos:**

Devem ser concretos e viáveis, devidamente relacionados com as atividades que serão desenvolvidas durante o projeto e com os resultados previstos. Eles devem estar ligados a algo concreto e viável que se busca alcançar no âmbito do projeto, devendo também ter conexão com os resultados e as atividades propostas.

**VII – Público-alvo:**

(máximo 1 folha)

Informar o perfil do público-alvo do projeto (qual o contexto comunitário em que vivem, características sociais e econômicas etc.); Número de Crianças e Adolescentes beneficiados diretamente com o projeto (delinear faixa etária); Número de Famílias Beneficiadas diretamente com o projeto. Número Indireto de Crianças e Adolescentes beneficiados com o projeto. Número Indireto de Famílias Beneficiadas com o projeto. Observação: Entende-se por público indireto aquele que não será atendido diretamente, mas que, com a execução do projeto, são beneficiadas pelos efeitos por ele produzidos.

**VIII – Resultados esperados**

(máximo 03 folhas)



**Resultados:**

Devem, de maneira geral, revelar o alcance dos objetivos específicos podendo ser expressos de forma quantitativa como também qualitativa. Apresentar de maneira clara como será realizado o monitoramento e avaliação do projeto, indicando: etapas, pessoas responsáveis, periodicidade, instrumentos que serão utilizados. Descrever metodologia ou proposta de melhoria de apresentação de metas e execuções, estabelecendo indicadores etc.

**IX – Plano de Ação**

(máximo 03 folhas)

Explicar como o projeto será desenvolvido (ações/atividades previstas, meios de realização); Detalhar como as diferentes etapas serão implementadas e qual a inter-relação entre as mesmas para o alcance dos objetivos e resultados previstos.

**X - Orçamento**

- a) Valor Total do Projeto:
  - b) Valor a ser utilizado com recursos do projeto cancelado
- Observação: Apresentar Planilha Orçamentária detalhada

**XI – Descrição da consonância do projeto com os critérios abaixo:**

1. Consonância do projeto com a legislação relacionada à promoção dos direitos da criança e do adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente; 2. Capacidade técnica e administrativa e operacional da instituição para execução do projeto, principalmente ao tema proposto; 3. Contextualização do problema que atinge diretamente as crianças e adolescentes, apontando suas causas e consequências e sua coerência com os objetivos e resultados propostos no projeto; 4. Apresentação de dados e, ou de indicadores sociais (IDEB, Mortalidade Infantil, IDH dentre outros) que justifique a intervenção sobre a realidade da criança e/ou do adolescente no bairro/município na qual o projeto será desenvolvido; 5. Promoção da participação de crianças e adolescentes quando couber, bem como estimulem a redução das desigualdades, a equidade de raça, de etnia, de gênero, de orientação sexual, de inclusão de pessoas com deficiência; 6. Envolvimento das famílias das crianças e



adolescentes no projeto como mais uma estratégia para o alcance de objetivos e resultados;

7. Impacto da ação e viabilidade: o projeto promove resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que objetivem melhorias significativas nas condições de vida das crianças e adolescentes; 8. Detalhamento da metodologia em relação ao público-alvo, equipe do projeto e atividades a serem desenvolvidas; 9. Proposta de monitoramento e avaliação do projeto pela instituição; 10. Recursos Humanos envolvidos no projeto com qualificação adequada nas áreas das especificidades necessárias para a realização do projeto; 11. Trabalho intersetorial envolvendo outras políticas e setores; e 12. Coerência do projeto com os valores propostos.

(Até 04 folhas)

**XII – Anexos** (a critério da instituição, poderão ser apresentados com este projeto de captação de recursos, fotos e/ou outros registros das atividades da instituição).

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
COMDICA**



\_\_\_\_\_  
Nome do responsável pela instituição

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável:

Protocolo do projeto pela Secretaria Executiva do Conselho

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome do responsável pelo recebimento

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pelo recebimento





**ANEXO V**

**Edital de Chamamento Público nº 001/2021/COMDICA – Chancela de Projetos para  
Captação de Recursos**

**Termo de Compromisso de Destinação de Recursos (TCDR)**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
com sede/filial na cidade de \_\_\_\_\_, endereço \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_,  
Bairro \_\_\_\_\_, mediante análise do projeto  
\_\_\_\_\_ chancelado pelo Conselho Municipal dos  
Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itajaí, nos termos da Resolução nº  
022/2021/COMDICA e do Edital de Chamamento Público nº 001/2021/COMDICA,  
apresentado pela instituição \_\_\_\_\_,  
assume o compromisso de destinar R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_) ao Fundo Municipal de Atendimento da  
Criança e do Adolescente de Itajaí, que serão deduzidos do imposto de renda, nos termos da  
legislação federal vigente.

Itajaí-SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da instituição

Protocolo de recebimento deste termo pela Secretaria Executiva do Conselho

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome do responsável pelo recebimento

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pelo recebimento



ANEXO VI

Edital de Chamamento Público nº 001/2021/COMDICA – Chancela de Projetos para  
Captação de Recursos

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO Nº ..... 2021/FMACA/COMDICA

TEXTO BASE

(PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM A ESPECIFICIDADE DE CADA INSTITUIÇÃO E/OU OBJETO DE PARCERIA)

Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/Fundo Municipal de  
Atendimento da Criança e do Adolescente e a instituição  
....., para repasse de recursos  
financeiros oriundos de doação de pessoa física/jurídica, cujo  
projeto foi chancelado pelo Conselho Municipal dos Direitos da  
Criança e do Adolescente (COMDICA).

O **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Alberto Werner, nº 100, Vila Operária, cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.102.277/0001-52, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Promoção da Cidadania, ....., CPF nº ....., e Cédula de Identidade nº .....e a **instituição**, ....., situada à Rua: ....., Bairro: ....., no município de Itajaí/SC, inscrita no CNPJ nº ....., neste ato representado por seu representante legal Sr..... CPF nº..... e Cédula de Identidade nº ....., acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE FOMENTO**, nos termos da Resolução nº ...../COMDICA e do Edital de Chamamento Público de Chancela de Projetos de Captação de Recursos nº..... e demais legislações pertinentes, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.



**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** - O presente Termo de Fomento tem por objeto .....

**Parágrafo Único** – Integra o Termo de Fomento o Projeto de Captação de Recursos através de Chancela aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e o Parecer nº ..... da Comissão de Análise e Aprovação de Projetos de Captação de Recursos Mediante Chancela.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a execução do projeto cancelado o valor de R\$ ..... (.....).

**Parágrafo Primeiro** – O recurso captado será transferido em parcela única e sua prestação de contas será realizada em duas etapas, sendo:

- I – Uma prestação de contas parcial: 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento do recurso; e
- II – Uma prestação de contas final: no máximo de 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste termo de Fomento.

**Parágrafo Segundo** - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, a transferência de recursos será suspensa até comprovada sua regularização.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS TRANSFERIDOS**

**Parágrafo primeiro** – A transferência do recurso captado somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da instituição, folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP), Guia de Retenção (GPS) e Guia de recolhimento do PIS/COFINS, com prazo de validade vigente.



**Parágrafo segundo** - A dotação orçamentária necessária para a execução do objeto do presente Chamamento Público correrá por conta de dotações do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do exercício.....

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO**

**Parágrafo único.** A instituição tem como obrigações:

- a) Iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após publicação do extrato;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos de acordo com as regras, prazos e demais condições previstas na Resolução nº ...../2021/COMDICA e demais normas pertinentes;
- c) Comparecer em juízo nas questões trabalhista propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o pólo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;
- d) Fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Fomento, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;
- e) Pagar seus funcionários em dia;
- f) Facilitar a fiscalização pelo Município e seu órgão de controle interno, bem como pela Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- g) Cumprir as exigências da Resolução nº 022/2021/COMDICA e do Edital de Chamamento Público e seus anexos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO COMDICA:**



O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através das suas Comissões, obriga-se:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- b) Emitir pareceres técnicos conclusivos de análise das prestações de contas;
- c) Arquivar toda a documentação relativa a prestação de contas para fins de comprovação de que houve a fiscalização e para eventuais consultas dos órgãos de controle interno ou externo.

**CLÁUSULA SEXTA** – O Município de Itajaí ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência do Termo de Fomento, ficando sob a responsabilidade da instituição parceira fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGENCIA** - O prazo para a execução deste Termo de Fomento é de 10 (dez) meses.

**Parágrafo Primeiro** - O prazo estabelecido na Cláusula Sétima deste instrumento poderá ser prorrogado mediante solicitação da instituição, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com no mínimo, 60 (sessenta) dias da antecedência do fim da vigência do Termo de Fomento.

**Parágrafo Segundo** - Aprovado a prorrogação, o Conselho enviará ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a solicitação para realizar os procedimentos necessários de prorrogação do prazo do Termo de Fomento.

**Parágrafo Terceiro** – A baixa contábil em definitivo da parceria será efetuada pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nos termos da legislação pertinente municipal ou federal.



**Parágrafo Quarto** – A instituição é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Termo de Colaboração em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.

**CLÁUSULA OITAVA** - A instituição obriga-se a executar os serviços pactuados no projeto chancelado e todas condições necessárias à sua perfeita execução.

**CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À INSTITUIÇÃO**

**Parágrafo primeiro.** Pela execução da parceria em desacordo com o projeto chancelado, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à instituição as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público referente a chancela de projetos por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a instituição ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta cláusula.

**Parágrafo segundo** - A sanção estabelecida no inciso III desta cláusula é de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.



**Parágrafo terceiro** – As instituições, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar, nos termos da Lei Municipal nº 5.670 de 20 de dezembro de 2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Se, por qualquer razão, a instituição não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através de suas comissões, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) membros, um dos quais, obrigatoriamente, indicado pelo Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Este Termo de Fomento somente poderá ser alterado de acordo com as condições previstas na Resolução nº 022/2021/COMDICA ou por deliberação específica do Conselho, quando da omissão da Resolução supracitada.

**Parágrafo único.** Aplica-se também nas alterações desse Termo de Fomento, o previsto na legislação federal ou municipal pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO** – O presente Termo de Fomento poderá a critério do Conselho e da administração, ser rescindido nos seguintes termos:

- a) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como o município reservam-se o direito de solicitar a rescisão antecipada do instrumento oriundo do presente chamamento público por ato unilateral, a qualquer tempo em decorrência de fato superveniente, bem como por razões de interesse público desde que devidamente motivado, e previamente comunicado à instituição em prazo não inferior a 30 (trinta) dias;
- b) A inexecução total ou parcial do projeto cancelado, parte deste Termo de Fomento, ou ainda a execução em desconformidade com o exigido pelo Conselho Municipal dos Direitos



da Criança e do Adolescente, acarretará a rescisão deste Termo, estando à instituição entidade sujeita à aplicação das sanções cabíveis;

- c) Por acordo entre as partes, poderá ser rescindido antecipadamente o instrumento celebrado entre as partes, desde que previamente notificada a parte contrária com antecedência de 30 (trinta) dias.
- d) A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da instituição parceira sujeitará à rescisão sumária do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL** - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Resolução nº 022/2021/COMDICA e demais normas federal ou municipal aplicáveis, bem como pelas disposições previstas na Instrução Normativa nº 049/2018/CGM/SEGOV, naquilo que for aplicável, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania e de forma complementar pela Controladoria-Geral do Município, conforme suas atribuições, que apontarão as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela instituição, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Este Termo de Fomento tem sua eficácia a partir da publicação no Jornal Oficial do Município, sendo os recursos transferidos à instituição em até 10 dias após a publicação do seu extrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - As partes elegem o foro da Comarca de Itajaí-SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.





**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
COMDICA**



E para a sua validação, o presente Termo de Fomento é firmado pelas partes, em três 03 (três) vias de igual teor.

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, ..... 2021.

(.....)

Secretário Municipal de Promoção da Cidadania

(.....)

(nome da instituição)

Representante Legal

VISTO:

\_\_\_\_\_  
(.....)

Presidente do COMDICA

**CONTINUAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº ..... 2021/FMACA/COMDICA**